



Arrecadação federal cresce 7,7% em junho e soma R\$ 264,4 bilhões

Desemprego no 2º trimestre é 5,4%, o menor já registrado no período

Página 3

Governo Central tem déficit de R\$ 48,2 bilhões em junho

Página 4

BNDES anuncia R\$ 8 bi em crédito para companhias aéreas

O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) anunciou na quinta-feira (30) a aprovação de R\$ 8 bilhões em crédito para capital de giro de companhias aéreas.

A operação envolve as empresas Azul, Gol, Latam e Abate. O limite de crédito para as três primeiras é de quase R\$ 2,7 bilhões cada e de até R\$ 8 milhões para a Abate.

Segundo o banco público, o financiamento busca auxiliar o setor a enfrentar os impactos da guerra no Irã.

O conflito no Oriente Médio pressionou as cotações do petróleo e gerou repasses para os combustíveis, incluindo o de aviação, cujo custo quase dobrou entre abril e maio deste ano, disse o BNDES.

A fonte da linha de crédito é o Fnac (Fundo Nacional de Aviação Civil), vinculado ao Ministério de Portos e Aeroportos. O presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, disse que as operações contam com "condições diferenciadas".

A linha de crédito tem taxa fixa de juros do Fnac de 4% ao ano, prazo total de pagamento de 60 meses e 12 meses de carência. O custo total deve somar, além da taxa fixa, o spread do BNDES.

"As empresas saíram de um período extremamente complexo, que foi o impacto da pandemia. Estão batendo recordes, se reestruturaram, e de repente veio o custo da guerra do [presidente americano] Trump. Dobrou o custo do combustível de aviação", disse Mercadante.

"O que estamos fazendo aqui é manter as condições para que o passageiro possa voar, para que as linhas regionalizadas possam ser preservadas", acrescentou.

O anúncio ocorre pouco mais de dois meses antes das eleições presidenciais e reuniu executivos das companhias aéreas na sede do BNDES, no Rio de Janeiro.

O governo Lula tem adotado medidas para conter a desaceleração da economia antes das eleições, o que preocupa setores como o mercado financeiro devido ao custo fiscal.

Levantamento publicado pela Folha no início de julho indicou que as medidas de estímulo do governo mobilizavam mais de R\$ 180 bilhões neste ano. O pacote inclui linhas de crédito com juros mais baixos do que os de mercado, renúncias fiscais e subvenções. (Folhapress)

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,07
Venda: 5,07

Turismo
Compra: 5,09
Venda: 5,27

EURO

Compra: 5,83
Venda: 5,84

IGP-M tem queda de preços de 1,16% em julho, diz FGV



(2,08%) e nos últimos 12 meses (2,76%). Em junho deste ano, o IGP-M acumulava inflação de 3,16% em 12 meses.

A queda de preços de julho deste ano foi puxada principalmente pelos preços no atacado, medidos pelo Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), que recuou 1,74% no mês.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC), subíndice que mede a variação de preços no varejo, também teve queda de preços (-0,01%). Por outro lado, o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), terceiro subíndice que compõe o IGP-M, registrou inflação de 0,62% no mês.

O IGP-M de julho foi calculado com base em preços coletados no período de 21 de junho a 20 de julho deste ano. (Agência Brasil)

O Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), medido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), teve deflação (queda de preços) de 1,16% em julho deste ano. Essa

é a segunda queda consecutiva do indicador, que já havia recuado 0,50% em junho. Apesar das quedas, o indicador acumula inflação no ano

A arrecadação das receitas federais alcançou R\$ 264,4 bilhões em junho deste ano, com crescimento real de 7,7% em relação ao mesmo mês de 2025, já descontada a inflação. No acumulado do primeiro semestre, as receitas somaram cerca de R\$ 1,587 trilhão, avanço real de 6,6% na comparação com os seis primeiros meses do ano passado.

Segundo a Receita Federal, do total arrecadado em junho, R\$ 255,3 bilhões correspondem às receitas administradas pela Receita Federal.

Entre os fatores que con-

tribuíram para o resultado estão o comportamento favorável dos principais indicadores econômicos que afetam a arrecadação, como a atividade econômica, a massa salarial e as importações.

• Arrecadação em junho: R\$ 264,4 bilhões;

• Crescimento real sobre junho de 2025: 7,7%;

• Arrecadação acumulada de janeiro a junho: cerca de R\$ 1,587 trilhão;

• Crescimento real no semestre: 6,6%;

• Receitas administradas pela Receita Federal em junho: R\$ 255,3 bilhões. Página 3

São Paulo inicia campanha de multivacinação na segunda-feira (3)

Página 2

Saiba como pedir ressarcimento por prejuízos com a falta de energia

Página 6

Nota de crédito do Brasil deve ser reavaliada apenas em 2027, diz Moody's

Página 5

Esporte

Piloto brasileiro testa com a Ferrari em Fiorano

Por Thiago Mendonça

O piloto brasileiro Rafael Câmara, de 21 anos, voltou a pilotar pela Ferrari nesta semana. Atual campeão da Fórmula 3 e integrante do programa de jovens talentos da equipe, Câmara participou de um teste privado em Fiorano, na Itália, ao volante do modelo SF-25 (utilizado pela Ferrari na Fórmula 1 em 2025).

O treino faz parte da programação da equipe para dar quilometragem e experiência ao pernambucano, que atualmente compete na Fórmula 2 – é o terceiro colocado no campeonato – e está na briga direta por uma vaga na F-1 no ano que vem. Há negociações com a Haas e a Cadillac.

Os dois times utilizam as unidades de potência da Ferrari, o que pode ajudar nas con-

versas. Esse diferencial foi importante para conseguir lugar para outras promessas da equipe italiana no passado, como Charles Leclerc na Alfa Romeo, em 2018, e Felipe Massa na Sauber, em 2002.

De acordo com as últimas informações, as melhores chances para Câmara estão na Haas, como potencial substituto de Esteban Ocon em 2027. O piloto brasileiro já tem testes programados com a equipe norte-americana e deve concorrer pela vaga com o italiano Leonardo Fomori (campeão da F-2 em 2025).

A oportunidade na Cadillac é mais distante. Depende da equipe ver frustrado o objetivo de ter Colton Herta no time. O piloto norte-americano, vice-campeão da Indy em 2024, migrou para a Fórmula 2 para conhecer as pistas europeias e asiáticas e para conseguir os pontos que faltam



Rafael Câmara testa Ferrari

para Superlicença.

O documento é obrigatório para a estreia na Fórmula 1. Pelos critérios da FIA (Federação Internacional de Automobilismo), os pilotos precisam de 40 pontos no período de três anos para obter a

mas não há certeza de que ele conseguirá a Superlicença, diante de um desempenho muito abaixo das expectativas na Fórmula 2.

Rafael Câmara, por sua vez, tem se mostrado o piloto mais rápido da categoria de base. Embora ocupe a terceira posição na tabela de pontos, e tenha demonstrado que ainda precisa evoluir em alguns aspectos, ele tem quatro pole positions (mais do que qualquer outro piloto) e chama a atenção pela velocidade.

O período de três semanas de férias da Fórmula 1, que só volta em Zandvoort, na Holanda, no dia 23 de agosto, permite que as conversas e negociações para a próxima temporada avancem. Uma decisão sobre quem deve ocupar as vagas disponíveis no grid da F-1 deve ser tomada em setembro.

Alberto Otazú vence Desafio de 60 pilotos para SM Kart Competition



A cidade de Paulínia, no interior de São Paulo, recebeu um grande evento do esporte a motor amador no domingo (26). O Kartódromo San Marino sediou o embate entre 60 pilotos de campeonatos de Rental Kart, e o grande vencedor foi Alberto Otazú, representante do SM Kart Competition.

O 1º Desafio Torto/MDK X SM Kart Competition começou com uma seletiva entre 30 pilotos

Alberto Otazú foi o vencedor do 1º Desafio Torto/MDK X SM Kart Competition

da Torto/MDK, que teve Giovane Martinelli como vencedor. Na seletiva entre os 30 pilotos da SM Kart Competition o vencedor foi Rodrigo Oliveira. Pela regra da competição, os 10 primeiros de cada seletiva participariam da Final Ouro, do 11º ao 20º participariam da Final Prata, e do 21º ao 30º participariam da Final Bronze.

André Reis foi o vencedor da Final Bronze, ao terminar 88,847 à frente de Valdo 'Nemê' Gregório, ambos do SM. Luiz Felipe Paiva (Torto/MDK) ficou em terceiro. Na final Prata, o primeiro colocado foi Paulo Policeno (SM), com 03,338

de vantagem sobre Renan Sampaio (Torto/MDK). O terceiro foi Mathews Nozaki (SM).

Na Final Ouro, Alberto Otazú (SM) largou em quarto, e na quarta volta assumiu a vice-liderança. Faltando cinco voltas ele passou para a ponta, mas na penúltima passagem foi ultrapassado por Giovane Martinelli (Torto/MDK). O grande lance aconteceu na penúltima curva do giro final, quando Otazú deu o bote e venceu por meros 75 centésimos de segundo. O terceiro colocado foi Guilherme Thomas (Torto/MDK).

São Paulo inicia campanha de multivacinação na segunda-feira (3)

O estado de São Paulo dará início, na próxima segunda-feira (3), à Campanha de Multivacinação em todos os 645 municípios paulistas. A mobilização é voltada a menores de 15 anos.

Nas cidades de São Paulo, Guarulhos e São Bernardo do Campo, a ação é voltada também a todas as pessoas de 6 meses a 59 anos, para o reforço à vacinação contra o sarampo.

Em todos os municípios do estado, a secretaria recomenda que pais e responsáveis levem crianças e adolescentes aos postos de vacinação com a caderneta para que as equipes verifiquem

as doses indicadas de acordo com a faixa etária e o histórico vacinal.

Entre os imunizantes estão disponíveis: BCG; hepatite B; pentavalente; poliomielite inativada; rotavírus; pneumocócica 10-valente; meningocócica C; meningocócica ACWY; influenza; Covid-19; febre amarela; tríplice viral (sarampo, caxumba e rubéola); varicela; DTP; hepatite A; e HPV.

Sarampo

Na quinta-feira (30), o Centro de Vigilância Epidemiológica (CVE) do estado confirmou o 15º



Foto: Divulgação/ Governo de SP

caso de sarampo no estado em 2026. O registro, em Guarulhos, é de uma criança sem histórico de vacinação contra a doença.

Nas três cidades, será oferecida a vacina tríplice viral, que protege contra sarampo, caxumba e rubéola. Para as crianças de 6 a 11 meses e 29 dias, a aplicação é considerada "dose zero" e não substitui as doses previstas no Calendário Nacional de Vacinação aos 12 e aos 15 meses.

Segundo a Secretaria de Estado da Saúde, dados preliminares de 2026 indicam cobertura de

77,5% para a primeira dose e de 65,5% para a segunda dose da tríplice viral no estado. A meta estabelecida pelo Ministério da Saúde é de 95% para cada uma das doses.

"A atualização da caderneta é fundamental para proteger crianças e adolescentes contra doenças imunopreveníveis. Diante do cenário do sarampo, a estratégia ampliada nos três municípios busca aumentar rapidamente a proteção da população e reduzir o risco de transmissão", afirma Tatiana Lang, diretora do CVE. (Agência Brasil)

São Paulo registra queda de 7,3% no número de homicídios no 1º semestre

O estado de São Paulo registrou 1.149 assassinatos no primeiro semestre de 2026, segundo balanço da Secretaria da Segurança Pública. De acordo com a pasta, esse é o menor número desde 2001, quando foi iniciada a série de balanços.

Na comparação com o mes-

mo período de 2025, quando ocorreram 1.240 homicídios, a redução foi de 7,3%. Em junho, foram registrados 178 homicídios dolosos, 16% a menos do que os 212 casos registrados no mesmo mês do ano passado.

Quando analisadas as regi-

ões, o interior paulista, que abrange 606 municípios, registrou 728 homicídios dolosos de janeiro a junho. Na região metropolitana de São Paulo houve queda de 26,2%, ao passar de 263 para 194 ocorrências. Na capital, foram registrados 227 assassinatos, uma queda de

8,4% em relação a 248 casos do primeiro semestre de 2025.

A SSP-SP atribuiu esses resultados ao uso de inteligência no policiamento, investigações voltadas aos crimes contra a vida e operações para retirar criminosos das ruas. (Agência Brasil)

Justiça dá 90 dias para estado de SP reduzir superlotação de presídio

A Justiça paulista determinou que o governo de São Paulo reduza a superlotação de um Centro de Detenção Provisória (CDP) localizado em Americana.

A unidade prisional foi projetada para 639 pessoas, mas abriga 1.190 encarcerados – 551 a mais que a capacidade do local. As informações são do Ministério Público de São Paulo (MPSP). A determinação tem caráter liminar e se refere ao CDP AEVP Renato Gonçalves Rodrigues. A decisão foi concedida pela 1ª Vara Cível de Americana e obriga ainda o estado a corrigir irregularidades sanitárias e de segurança contra incêndio.

A Justiça determinou a contenção de novos ingressos e o remanejamento dos presos excedentes no prazo de 90 dias. No mesmo prazo, o Estado deverá sanar as irregularidades apontadas pela Vigilância Sanitária.

Já as medidas necessárias para regularizar a situação da segurança contra incêndio, incluindo a obtenção do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB), deverão ser concluídas em até 180 dias.

Em caso de descumprimento injustificado, foi fixada multa diária de R\$ 10 mil.

A ação civil pública foi ajuizada pelo promotor de Justiça Rafael Fernandes Viana, da 9ª Promotoria de Justiça de Americana, após inspeções e relatórios técnicos constatarem superlotação, ausência de AVCB, deficiências sanitárias e irregularidades estruturais na unidade prisional.

"É inadmissível que um Centro de Detenção Provisória, local de restrição da liberdade de pessoas e edificação classificada como área de risco, permaneça em funcionamento superlotado, sem AVCB, com irregularidades



Foto: Sinhô Aguiar, com.br, Divulgação

relevantes de prevenção e combate a incêndio e sem plano efetivo de redução populacional, ignorando normas básicas de segurança, saúde e dignidade humana", afirmou o promotor de Justiça na ação.

Em nota, a Secretaria da Administração Penitenciária informou que a unidade citada opera

dentro dos padrões de segurança e disciplina.

"Estão previstas as entregas de duas novas unidades prisionais, com a criação de 1.646 vagas. A pasta mantém diálogo permanente com a sociedade civil para aprimorar o sistema prisional", finaliza a nota. (Agência Brasil)

CESAR NETO

www.jornalistacesarneto.com



CÂMARA (São Paulo)

Em 29 julho 2026 tratamos dos mercados da política. Vereadores(as) candidatos a outros cargos perguntam porque não tratamos de advogados(as) partidários e eleitorais. Em tempo ... está quase tudo no código de ética da profissão

PREFEITURA (São Paulo)

Em 29 julho 2026 tratamos dos mercados da política. Candidatos(as) do prefeito Nunes perguntam porque não de advogados(as) partidários e eleitorais. Em tempo ... está quase tudo no código de ética da profissão

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Em 29 julho 2026 tratamos dos mercados da política. Deputados(as) candidatos(as) à reeleição e outros cargos perguntam porque não de advogados(as) partidários e eleitorais. Em tempo ... está quase tudo no código de ética da profissão

GOVERNO (São Paulo)

Em 29 julho 2026 tratamos dos mercados da política. Candidatos(as) do governador e candidato à reeleição Tarso perguntam porque não de advogados(as) partidários e eleitorais. Em tempo ... está quase tudo no código de ética da profissão

CONGRESSO (Brasil)

Em 29 julho 2026 tratamos dos mercados da política. Deputados(as) e senadores(as) à reeleição e outros cargos perguntam porque não de advogados(as) partidários e eleitorais. Em tempo ... está quase tudo no código de ética da profissão

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Em 29 julho 2026 tratamos dos mercados da política. Candidatos do Lulaismo que é candidato à reeleição perguntam porque não de advogados(as) partidários e eleitorais. Em tempo ... está quase tudo no código de ética da profissão

JUSTIÇAS (Brasil)

Em 29 julho 2026 tratamos dos mercados da política. Em função dos conteúdos acima, este tópico está aberto pra que a Ordem dos(as) Advogados(as) do Brasil comente sobre o código e o tribunal de ética da profissão advogado(a)

ANO 34

O jornalista Cesar Neto faz uso da Inteligência Espiritual. Desde 1993 na imprensa (Brasil), nossa coluna diária de política recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (São Paulo) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP) ... por se tornar referência das Liberdades [Concedidas por DEUS] ... X @cesarnetoreal

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - "Mas a sua voz ressoa por toda a terra, e as suas palavras, até os confins do mundo. Nos céus ele armou uma tenda para o sol" Salmos 19.4

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar - Bela Vista - SP
CEP: 01332-030
Filial: Curitiba / PR

Assinatura on-line

Mensal: R\$ 20,00
Publicidade Legal
Atas, Balanços e
Convocações
Fone: 11 3258-1822
Comercial: 11 97144-4166
Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50

Agências de notícias

Agência Brasil - EBC
Notícias Agrícolas
Folhapress

Governo de São Paulo
Prefeitura de São Paulo

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Centenário da Okinawa Kenjin do Brasil terá a Banda Begin como principal atração internacional

A 22ª edição do Okinawa Festival celebra a cultura de Okinawa durante três dias de programação em São Paulo

Por Afonso José

São Paulo (SP) – O grupo Begin de pop-rock, blues e música tradicional da Ilha de Okinawa no Sul do Japão está sendo muito aguardado nas festividades que vão marcar os 100 anos de fundação da Associação Okinawa Kenjin do Brasil (AOKB). Serão várias celebrações que fazem parte da 22ª edição do Okinawa Festival que acontece nos dias 31 de julho 1º e 2 de agosto de 2026, no Centro Educacional Esportivo Vicente Italo Feola – Vila Carrão, zona Leste de São Paulo.

O evento considerado um dos mais importantes acontecimentos de valorização da cultura okinawana na América Latina realizado fora do Japão, também comemora os 70 anos da Associação Okinawa de Vila Carrão – AOVV.

A banda okinawana composta pelos músicos Eishō Higa, Masaru Shimabukuro e Hitoshi Uechi que já gravou com a dupla sertaneja Chitãozinho e Xororó, se apresentará

no dia 2 de agosto no 22º Okinawa Festival, evento que movimentará e transforma a Zona Leste em um grande encontro entre tradição, cultura, artes, gastronomia, música, integração e solidariedade, reunindo milhares de visitantes em uma programação voltada para a família.

Reconhecido por preservar e difundir as tradições de Okinawa no Brasil, o Okinawa Festival chega à sua 22ª edição consolidado como uma referência cultural no calendário paulistano. Mais do que um evento, tornou-se um espaço de encontro entre gerações, onde descendentes, admiradores da cultura japonesa e o público em geral compartilham experiências por meio da música, da dança, da gastronomia e das manifestações artísticas que expressam a identidade do povo uchinanchu.

A edição deste ano possui um significado especial ao integrar as comemorações do aniversário de 70 anos da AOVV e dos cem anos da AOKB, marcos que reforçam a trajetória da imigração okinawana e sua contribuição

para a formação cultural da cidade de São Paulo e do Brasil.

Com o tema "Alegria é estar juntos. Vamos dançar e celebrar!", o festival convida o público a vivenciar uma imersão na cultura de Okinawa. Durante os três dias de programação, os visitantes poderão acompanhar apresentações musicais, grupos de dança tradicional, eisa, taiko, artes marciais, exposições culturais, atividades para toda a família, além de uma ampla praça gastronômica com receitas típicas preservadas pela comunidade okinawana no Brasil.

Entre os destaques da programação está o retorno da banda Begin, um dos mais importantes grupos musicais de Okinawa; a relação do trio com o Okinawa Festival faz parte da própria história do evento, tornando sua participação este ano em um reencontro aguardado pelo público brasileiro e pela comunidade uchinanchu.

Desde sua criação, em 2003, o Okinawa Festival cresceu mantendo como essência o trabalho voluntário e o compromisso com

a preservação da cultura okinawana. Ao longo de mais de duas décadas, o evento ampliou sua estrutura, atraiu novos públicos e consolidou-se como um dos principais símbolos da presença uchinanchu no Brasil, sem perder seu caráter comunitário e beneficente.

Além da programação cultural, o festival mantém sua tradição solidária. A entrada é mediante a doação de um quilo de alimento não perecível ou fralda infantil ou geriátrica, destinados a entidades assistenciais, reforçando um dos valores que acompanham a história do evento desde suas primeiras edições.

Serviço

22º Okinawa Festival

Quando: 31 de julho, 1º e 2 de agosto de 2026

Onde: Centro Educacional Esportivo Vicente Italo Feola – Vila Carrão – São Paulo (SP)

Entrada solidária: 1 kg de alimento não perecível ou fralda infantil ou geriátrica.

Arrecadação federal cresce 7,7% em junho e soma R\$ 264,4 bilhões

A arrecadação das receitas federais alcançou R\$ 264,4 bilhões em junho deste ano, com crescimento real de 7,7% em relação ao mesmo mês de 2025, já descontada a inflação. No acumulado do primeiro semestre, as receitas somaram cerca de R\$ 1,587 trilhão, avanço real de 6,6% na comparação com os seis primeiros meses do ano passado.

Segundo a Receita Federal, do total arrecadado em junho, R\$ 255,3 bilhões correspondem às receitas administradas pela Receita Federal.

Entre os fatores que contribuíram para o resultado estão o comportamento favorável dos

principais indicadores econômicos que afetam a arrecadação, como a atividade econômica, a massa salarial e as importações.

Principais números

- Arrecadação em junho: R\$ 264,4 bilhões;
- Crescimento real sobre junho de 2025: 7,7%;
- Arrecadação acumulada de janeiro a junho: cerca de R\$ 1,587 trilhão;
- Crescimento real no semestre: 6,6%;
- Receitas administradas pela Receita Federal em junho: R\$ 255,3 bilhões.

IRPJ, CSLL e Previdência
Entre os tributos que mais

contribuíram para o aumento da arrecadação estão o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

A arrecadação conjunta desses tributos somou R\$ 33,2 bilhões em junho, com alta real de 20,4% em relação ao mesmo mês do ano passado.

A arrecadação previdenciária atingiu R\$ 64,48 bilhões em junho, com crescimento real de 4,7% na comparação com o mesmo período de 2025.

De acordo com a Receita, o resultado foi favorecido pelo aumento real da massa salarial e pela redução da desoneração da folha de pagamento, com os efei-

tos da reestruturação gradual das contribuições patronais.

Importações, aplicações financeiras e receitas atípicas também contribuíram para o resultado dos tributos relacionados ao comércio exterior e aos rendimentos financeiros.

A arrecadação vinculada às importações aumentou 22,87% em relação a junho do ano passado, impulsionada pelo crescimento das importações.

Já o Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre rendimentos de capital registrou alta real de 12,4%, refletindo o desempenho das aplicações financeiras. (Agência Brasil)

Brasiliana
Maurício Picazo Galhardo



Então olhei para o Brasil e vi o campo...

- Quero saber apresenta:

"... o Brasil se destaca como um dos principais produtores de alimentos globalmente, mas continua a depender do exterior para um insumo crucial na atividade agrícola. Atualmente, aproximadamente 85% dos fertilizantes usados no país são importados, o que deixa o setor agropecuario vulnerável à instabilidade dos preços internacionais, desafios logísticos, tensões geopolíticas e o risco de falta de suprimentos. Essa alta dependência das importações é mais do que um obstáculo econômico ou industrial. É um componente que impacta a segurança alimentar, visto que a oferta volátil de fertilizantes pode aumentar os custos de produção, afetar a eficiência nas lavouras e pressionar os preços dos alimentos para os consumidores. Com a intenção de mitigar essa fragilidade, o Congresso Nacional aprovou o Projeto de Lei nº 699/2023, que cria o Programa de Desenvolvimento da Indústria de Fertilizantes (Profert). Esta proposta visa estimular investimentos na produção local, aumentar a competitividade do setor brasileiro e reduzir a dependência de insumos que são considerados essenciais para a agricultura. (Fonte: Frente Parlamentar da Agropecuária)



Foto/Frente Parlamentar da Agropecuária

Desemprego no 2º trimestre é 5,4%, o menor já registrado no período

A taxa de desemprego no segundo trimestre ficou em 5,4%, atingindo o menor nível já registrado desde 2012, quando começa a série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua.

O resultado representa queda em relação ao primeiro trimestre do ano (6,1%) e na comparação com o mesmo período de 2025, quando estava em 5,8%.

Os dados foram divulgados na quinta-feira (30) o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No segundo trimestre, o Brasil atingiu o número de 103,1 milhões de pessoas ocupadas, cerca de 1,081 milhão a mais que no primeiro trimestre. Esse patamar é o maior já registrado em qualquer período da Pnad.

Já o número de desocupados era de 5,9 milhões, o que representa 10% (718 mil pessoas) a menos que no primeiro trimestre.

Na comparação entre o primeiro e o segundo trimestres, os grupos que se destacaram na criação de vagas foram:

- Transporte, armazenagem e correio: +3,9% (mais 235 mil pessoas)
- Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais: +2,6% (mais 489 mil pessoas)

A Pnad mostra que no período de três meses de abril a junho, o país tinha 39,4 milhões de trabalhadores com carteira assinada - o maior de toda a pesquisa do IBGE - e 13,6 milhões sem carteira.

A taxa de informalidade - proporção de trabalhadores informais na população ocupada - foi de 37,4% no segundo trimestre.

O rendimento médio do trabalhador brasileiro ficou em R\$ 3.738, o maior já registrado para um segundo trimestre. No entanto, fica abaixo do apurado no primeiro trimestre de 2026. (R\$ 3.765).

Apesar de recorde histórico de baixa no desemprego no período, o rendimento fica no campo da estabilidade, segundo o analista da pesquisa William Kratochwill, porque as novas contratações costumam pagar na média ou abaixo dos salários formais.

Os dados que revelam um mercado de trabalho aquecido coincidem com um período em que o Brasil vivencia alta taxa básica de juros, a chamada Selic, determinada pelo Banco Central (BC), atualmente em 14,25%.

A Selic alta é uma das formas de o BC combater a inflação, uma vez que o juro alto desestimula

consumo e investimentos, esfiando a demanda por produtos e serviços.

O analista do IBGE William Kratochwill ressalta que o próprio mercado de trabalho se retraiu, suavizando o impacto do juro alto no emprego.

"Quando tem mais gente ocupada, o consumo aumenta, aumentam encomendas, produção... O próprio mercado de trabalho pode estar dando essa contribuição para que as pessoas continuem contratando", avalia.

Ele aponta que um dos efeitos do aquecimento pode ser percebido no número de desalentados, ou seja, de pessoas que sequer procuravam trabalho, por acreditarem que não encontrariam vagas, que ficou em 2,3 milhões, caindo 14,7% (menos 365 mil pessoas) na comparação com o primeiro trimestre.

A pesquisa do IBGE apura o comportamento no mercado de trabalho para pessoas com 14 anos ou mais e leva em conta todas as formas de ocupação, seja com ou sem carteira assinada, temporária e por conta própria, por exemplo.

Pelos critérios do instituto, só é considerada desocupada a pessoa que efetivamente procurou uma vaga 30 dias antes da pesquisa. São visitados 211 mil domicílios em todos os estados e no Distrito Federal.

O IBGE considera informais os empregados sem carteira assinada e autônomos sem CNPJ, por exemplo. Essas pessoas não têm garantidas coberturas como seguro-desemprego, férias e 13º salário.

O menor desemprego já registrado pela Pnad foi 5,1%, no último trimestre de 2025. A maior taxa já constatada foi 14,9%, atingida em dois períodos: nos trimestres móveis encerrados em setembro de 2020 e em março de 2021, ambos durante a pandemia de covid-19.

A Pnad é divulgada na dia seguinte a outro indicador de comportamento do mercado de trabalho, o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), elaborado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e que acompanha apenas o cenário de empregados com carteira assinada.

De acordo com o Caged, junho apresentou saldo positivo de quase 145,2 mil vagas formais. No acumulado de 2026, o balanço é de 921,7 mil de postos com carteira assinada criados. (Agência Brasil)

Governo libera gasoduto da Petrobras para baratear gás industrial



Foto/Steve/Person/Fotografia, Petrobras

O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) aprovou, na quinta-feira (30), resolução que permite o uso de gasodutos da Petrobras para escoamento do gás natural da União, produzido no pré-sal, com objetivo de comercializar o combustível em leilões com venda direta a grandes consumidores, como termelétricas e indústrias.

O objetivo da política, segundo o governo, é aumentar a oferta do gás natural no mercado e, com isso, reduzir o preço do combustível. A estimativa do Ministério de Minas e Energia (MME) é que valor do gás aos grandes consumidores caia 50%.

A decisão do CPNE, conselho formado por ministros do governo, alterou a Resolução CNPE nº 15, de 29 de outubro de 2018, reestruturando a política de comercialização de gás natural da União. O MME informou que há um leilão previsto para o último bimestre deste ano, além de outros leilões até 2030 e mesmo depois.

O ministro do MME, Alexandre Silveira, que preside o CNPE, afirmou que a nova resolução será capaz de reduzir o valor do combustível para as indústrias de base no Brasil.

"Para que nossas infraestruturas sejam melhor utilizadas a favor do Brasil e para que a gen-

te tenha gás mais barato, vamos começar com o gás da União. Mas eu espero que outras fontes venham para aumentar a oferta do gás e minimizar o sofrimento da nossa indústria", disse Silveira.

O Grupo de Trabalho do Programa Gás para Empregar (GT-GE), criado pelo CNPE, estima que a resolução deve reduzir o valor do gás natural de US\$ 12 por milhão de BTU para US\$ 5 por milhão de BTU.

Pela resolução, os leilões serão conduzidos pela Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural - Pré-Sal Petróleo (PPSA). Ainda segundo o MME, a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) ficará responsável por definir o valor pago à Petrobras pelo uso do gasoduto da companhia.

A Agência Brasil procurou a Petrobras para manifestação sobre a mudança aprovada no CNPE, mas não obteve retorno até o fechamento desta reportagem.

O anúncio da nova política, realizado em Brasília, contou com a participação de entidades que representam a indústria e os grandes consumidores de energia, que comemoraram a nova reso-

lução aprovada no CNPE.

A vice-presidente Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livre (Abreco Energia), Daniela Coutinho, disse esperar que o gás mais barato ajude a competitividade da indústria brasileira.

"É importante que esse gás chegue para a indústria para a gente reverter essa tendência de queda da demanda. E não resta dúvida que essa é uma conta fácil. Mais gás no mercado, um gás mais barato, consequentemente, um aumento da competitividade na indústria", afirmou.

O MME destacou ainda que a nova resolução responde a uma exigência da Lei nº 14.134 de 2021, que determina, em seu artigo 33, medidas para ampliar a oferta de gás natural no Brasil e reduzir "a concentração na oferta de gás natural".

"Assim, o gás natural comercializado pela União será destinado prioritariamente aos segmentos industriais da indústria de base intensivos no uso do insumo, como as indústrias químicas, petroquímicas, de fertilizantes e siderúrgica", disse o ministério, em comunicado à imprensa. (Agência Brasil)

Multa de R\$ 586 milhões aplicada pela Aneel a usina de gás corre risco de desaparecer

A cobrança de uma multa de R\$ 586 milhões aplicada pela Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) a um dos maiores projetos de usina a gás do país está a um passo de desaparecer.

O ombroço, que despertou uma série de movimentações políticas sobre tema que deveria ser técnico, envolve a Potenc Geração de Energia, projeto bilionário da empresa americana New Fortress Energy.

A reportagem teve acesso a documentos e aos bastidores dessa trilha percorrida pela empresa, pela Aneel e pelo ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico), uma sucessão de atos que acabaram por desidrar a multa de mais de meio bilhão de reais e que, neste momento, pode chegar a zero.

A Potenc assinou um contrato em maio de 2023 para reservar uma capacidade de transmissão de energia para os 1.560 MW (megawatts) de sua usina termelétrica que seria erguida no complexo de Pecém, no Ceará. Essa potência é o suficiente para abastecer cerca de 6 milhões de residências, o equivalente a uma cidade como Belo Horizonte (MG) e sua região metropolitana.

Trata-se, na prática, de uma reserva enorme de espaço na rede de transmissão de energia. Quando uma empresa assina esse contrato, passa a ter o direito de utilizar um determinado ponto da rede para escoar sua energia. Enquanto isso, essa capacidade fica indisponível para outros projetos.

Um ano e meio depois, porém, em dezembro de 2024, a empresa decidiu alterar o local da usina, trocando Pecém pelo porto de Barcarena, no Pará.

A área técnica da Aneel, então, aplicou as regras do setor. Quando um empreendedor dispõe de um ponto de conexão após a reserva de capacidade na rede, é multado isso. Essa cobrança existe para evitar especulações que comprometam o planejamento e a expansão do setor elétrico.

Em fevereiro de 2025, a área técnica definiu uma cobrança de R\$ 586 milhões. A empresa recorreu. Teve início, então, a saga entre os diretores da Aneel.

Em fevereiro deste ano, a diretora-relatora Agnes Maria de Aragão da Costa propôs reduzir a penalidade para R\$ 339 milhões, sob alegação de que se tratava do valor proporcional ao tempo em que a capacidade ficou efetivamente reservada.

O diretor Gentil Nogueira, porém, apresentou outra proposta, para reduzir a cobrança para cerca de R\$ 70 milhões.

Em maio, foi a vez do diretor William Moreira pedir mais uma vista do processo (mais tempo para analisar o caso) e, desta vez, propor a isenção total da multa. A proposta de Moreira, porém, não teve êxito. Em 17 de junho, a maioria da diretoria da Aneel concluiu seu julgamento e acompanhou a proposta de Nogueira, que fixou a cobrança em cerca de R\$ 70 milhões.

Em tese, o caso havia chegado ao fim, já que a decisão colegiada encerra o assunto. Poucos dias depois, porém, a empresa voltou à carga e, desta vez, por meio do ONS.

Após se reunir com representantes da Potenc, o Operador encaminhou em 30 de junho um ofício ao diretor-geral da Aneel, Sandoval Feitosa, afirmando que o caso apresentava "singularidades" que poderiam justificar

um tratamento diferenciado e que, do ponto de vista do órgão, não havia impedimento para aplicar uma regra excepcional.

A ideia era usar uma resolução de 2024 prevista para casos excepcionais de atrasos causados por fatores alheios ao empreendedor, para conseguir uma anistia geral da multa.

Na semana passada, no dia 24, às 16h53, a STD (Superintendência de Regulação dos Serviços de Transmissão e Distribuição) da Aneel enviou um ofício ao ONS para lembrar que o tema já estava decidido por sua diretoria e que a resolução citada não poderia ser aplicada naquele caso. Confirmava-se mais uma vez, portanto, a cobrança dos R\$ 70 milhões.

Menos de duas horas depois, tudo mudaria mais uma vez. Às 17h59, a STD voltou atrás e expediu um novo ofício, limitando-se a dizer que o documento anterior deveria ser desconstruído e que uma nova manifestação seria apresentada. O processo não registra justificativa para a retirada do primeiro ofício nem informa o que motivou a reviravolta da área técnica.

Conforme informações obtidas pela reportagem, as mudanças foram marcadas por uma série de ligações telefônicas entre a diretoria da Aneel e do ONS. O ONS tinha sido enviado diretamente ao diretor-geral Sandoval Feitosa, mas este deu ordem à STD para responder, em vez de se posicionar sobre o assunto.

Não há clareza, neste momento, se a multa será cobrada ou não. A empresa americana New Fortress Energy foi questionada sobre o assunto, por seus e-mails institucionais no Brasil e no exterior, nos dias 27 e 28 de

julho, mas não se manifestou até a publicação desta reportagem.

A Aneel confirmou, por meio de nota, que Feitosa enviou o pedido do ONS à área técnica para resposta ao Operador. A agência e o diretor-geral, porém, não explicaram quem determinou que o ofício que confirmava a multa fosse cancelado, nem por qual razão.

Segundo a nota da agência, o cancelamento ocorreu porque "a análise do tema ainda estava em curso pela área técnica, que daria prosseguimento à avaliação dos aspectos apresentados", o que a STD negou categoricamente, dado o caráter conclusivo de algo que já havia sido decidido.

O ONS declarou que a empresa foi quem o procurou para tentar acionar o "mecanismo excepcional e voluntário para a rescisão amigável de contratos" de transmissão e que, "considerando a particularidade do caso, o Operador enviou uma comunicação à Aneel, solicitando uma avaliação a respeito da solicitação feita pelo agente".

O ONS disse que a decisão sobre o pedido "extrapola a competência do Operador" e que "irá cumprir o que for determinado pela Aneel, a quem compete tal decisão".

A usina Potenc soma investimentos de R\$ 5,4 bilhões, dos quais R\$ 3,8 bilhões contam com apoio do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), por meio de emissão de títulos de debêntures para sua implantação. Segundo informações divulgadas pela New Fortress Energy, o projeto está em estágio de conclusão no Pará, com previsão de entrada em operação a partir de agosto. (Folhapress)

CERRADINHO PARTICIPAÇÕES S.A.

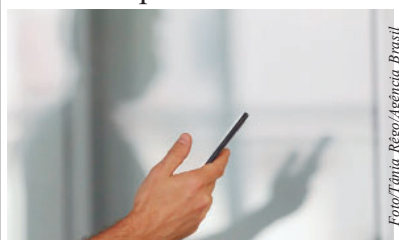
CNPJ nº 11.196.718/0001-11

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE MARÇO DE 2026 (EM MILHARES DE REAIS)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - SAFIRA 2025/26									
um aumento de 4% em relação à safira anterior, a produção de etanol atingiu 419 mil m³ de etanol hidratado, redução de 13% na produção anual, e 257 mil m³ de etanol anidro, crescimento de 51% no movimento de etanol, a partir do primeiro semestre de 2025. Os produtos de milho, foram produzidos 37,7 toneladas de DDOs equivalentes, com incremento de 2% em relação à safira 2024/25, e 231 toneladas de DDOs equivalentes, representando crescimento de 13% na mesma base comparativa. (c) Cerradinho Terra Ltda. Tem por objeto social a exploração agrícola e pastoreio, a cessão, parceria ou comodato de imóveis rurais, a prestação de serviços relacionados a atividades agrícolas, a produção de rações e suplementos, o desenvolvimento de tecnologias e a comercialização de produtos agrícolas em todas as modalidades, em terras próprias ou de terceiros, incluindo a transformação e industrialização dos produtos obtidos. (d) Cerradinho Logística Ltda. Tem por objeto social atividades inerentes à organização logística que compreendem o transporte de cargas em geral, operações de armazenagem, manipulação, contagem, expedição, transbordo, armazenamento, descarga e resgate de cargas por vias rodoviária e ferroviária, transporte de carga e distribuição de produtos. (e) W7 Energia Ltda. Tem por objeto social atividades inerentes à geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, a prestação de serviços relativos às atividades antes mencionadas; e (vi) a participação em outras sociedades, no Brasil ou no exterior, na qualidade de sócia, acionista ou quotista. A Companhia participa no capital social e é controladora direta ou indireta das seguintes companhias: (a) Cerradinho Bioenergia S.A. ("CBio") A Cerradinho Bioenergia tem como atividade preponderante a exploração agrícola de grãos, especialmente o plantio e colheita da cana-de-açúcar, a produção e comercialização de energia elétrica, e seus derivados, atividade de importação e exportação, e a produção e comercialização de energia elétrica. A produção de cana de açúcar é realizada em terras de terceiros, através de contratos de arrendamento e parceria agrícola, a qual é desviada a utilização como matéria prima em seu processo produtivo. Sua atividade operacional teve início em 20/06/2009, com a produção de etanol e energia para o mercado interno. Durante a safira 2025/26, foram processadas 5.181 mil toneladas de cana-de-açúcar, volume 8% maior ao processamento da safira 2024/25 (4.815 mil toneladas), com produção de 178 mil m³ de etanol hidratado (+7%, 2024/25) e 415 mil toneladas de açúcar (+15%, 2024/25). Em relação à energia elétrica, foram exportadas para a rede ODESA 158 GWh (+10%, 2024/25). A produção de etanol, vapor e a eletricidade destinados à planta industrial de milho, totalizando um volume 15% maior ao mesmo período da safira anterior. (b) Neomille S.A. Iniciou sua operação em novembro de 2019, com o objetivo de produzir e comercializar etanol, importação, produção e comercialização de álcool, milho e demais derivados de tais produtos agrícolas, tais como levedura seca, DDOs (grãos secos por destilação), óleo vegetal e resíduo para ração animal, produção e comercialização de energia elétrica. A Neomille, tem sede na Mogi das Garças do Estado de São Paulo, ao lado do antigo parque da Usina Hidrelétrica de Itaipu, garantindo a proximidade para origem da matéria prima (milho) e comercialização do produto (etanol). Considera também a filial localizada em Maracaju, no estado do Mato Grosso do Sul, a Companhia possui, na safira 2025/26, o total de 1.514 mil toneladas líquidas.									
BALANÇO PATRIMONIAL em 31 de março (Em milhares de reais - R\$)									
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo
	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Ativo	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851
Ativo Circulante	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851
Ativo não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo circulante	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851
Ativo não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo circulante	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851
Ativo não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo circulante	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851
Ativo não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo circulante	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851
Ativo não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo circulante	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851
Ativo não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo circulante	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851
Ativo não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo circulante	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851
Ativo não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo circulante	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851
Ativo não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo circulante	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851
Ativo não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo circulante	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851
Ativo não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo circulante	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851
Ativo não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo circulante	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851
Ativo não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo circulante	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851
Ativo não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo circulante	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851
Ativo não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo circulante	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851
Ativo não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo circulante	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851
Ativo não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo circulante	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851
Ativo não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo circulante	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851
Ativo não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo circulante	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851
Ativo não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo circulante	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851
Ativo não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo circulante	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851
Ativo não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo circulante	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851
Ativo não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo circulante	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851
Ativo não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo circulante	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851
Ativo não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo circulante	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851
Ativo não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo circulante	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851
Ativo não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo circulante	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851
Ativo não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo circulante	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851
Ativo não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo circulante	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851
Ativo não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo circulante	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851
Ativo não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo circulante	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851
Ativo não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo circulante	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851
Ativo não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo circulante	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851
Ativo não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo circulante	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851
Ativo não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo circulante	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851
Ativo não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo circulante	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851
Ativo não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo circulante	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851
Ativo não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo circulante	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851
Ativo não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo circulante	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851
Ativo não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo circulante	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851
Ativo não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo circulante	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851
Ativo não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo circulante	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851
Ativo não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo circulante	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851
Ativo não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo circulante	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851
Ativo não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo circulante	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851
Ativo não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo circulante	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851
Ativo não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo circulante	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851
Ativo não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo circulante	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851
Ativo não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo circulante	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851
Ativo não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo circulante	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851
Ativo não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo circulante	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851
Ativo não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo circulante	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851
Ativo não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo circulante	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851
Ativo não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo circulante	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851	5.905	1.428.111	1.497.038	7.851

Anvisa registra 5 novas canetas de semaglutida para tratar diabetes

Lei destina parte do dinheiro de bets para fundo da PF



Lei sancionada na quinta-feira (30) destina parte da arrecadação de apostas de quota fixa, popularmente conhecidas como bets, ao Fundo para Aparentamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal (Funapof).

O Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 8 de 2026 tem origem na Medida Provisória (MP) nº 1.348 de 2026, aprovada pelo Senado no último dia 8. O texto sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva destina 3% dos recursos obtidos pelo governo com bets para o fundo.

Os valores, que antes eram direcionados à seguridade social, passarão a cobrir gastos com saúde dos servidores da Polícia Federal (PF).

A destinação dos recursos das apostas será feita de forma gradual: 1% em 2026; 2% em 2027; e 3% a partir de 2028. A norma autoriza ainda um repasse de até R\$ 200 milhões feito pelo governo federal ao Funapof ainda em 2026, utilizando recursos livres do Tesouro Nacional.

Durante a cerimônia de sanção, no Palácio do Planalto, o relator da MP, deputado Aluisio Mendes (Republicanos-MA), avaliou que a iniciativa será de "grande alcance" para a segurança pública do país. "Sem dúvida nenhuma, um dos grandes problemas da sociedade no Brasil hoje é a segurança pública e o combate ao crime

organizado."

O diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, destacou que a medida alcança cerca de 30 mil famílias de servidores da corporação. "Investir naqueles que enfrentam diariamente desafios complexos, muitas vezes em situação de elevado risco e grande desgaste físico e emocional, é investir em um país mais justo e próspero."

O Funapof foi criado pela Lei Complementar 89 de 1997, para financiar as atividades da PF, e permitia, originalmente, que um máximo de 30% fossem destinados a despesas com diárias. A Lei 14.369 de 2022 ampliou para 50% esse limite e incluiu outros tipos de despesas não diretamente relacionadas à atividade-fim, com parcelas de caráter indenizatório, com saúde desses servidores e com indenização por disponibilidade.

Com a nova lei, não há mais limite para as despesas desse tipo e são incluídas novas despesas adicionais: ressarcimento de gastos com saúde e retribuição por atividade extraordinária.

O texto permite ainda que o Ministério da Justiça e Segurança Pública estenda o custeio de gastos com saúde aos servidores da Polícia Rodoviária Federal e da Polícia Penal Federal. Já a retribuição por atividade extraordinária poderá ser criada para esses outros policiais por meio de lei. (Agência Brasil)

Pensão alimentícia será recebida de forma automática, via pix



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, na quarta-feira (29), duas leis de proteção e apoio às mulheres. A primeira prevê o pagamento automático da pensão alimentícia por Pix, que ficou apelidada de Pix Pensão. A segunda lei determina a divulgação em larga escala do Ligue 180, o serviço telefônico de denúncias de violência contra a mulher.

A lei do Pix Pensão determina que o pagamento mensal da pensão alimentícia seja depositado na conta da pessoa beneficiária quando o desconto em folha não for possível. De acordo com o texto legal, o valor da pensão pode ser transferido pelo banco automaticamente da conta do devedor para a conta do credor.

"Esse é um projeto que as mães do Brasil abraçaram. Porque o que tem para a CLT, para o assalariado, agora terá para todo mundo com essa lei. Se [o homem] tem filho e deve pensão, tem que ter o depósito na conta da mãe todo mês", disse a deputada Tábata Amaral (PSB-SP), relatora do projeto na Câmara e presente na cerimônia da sanção presidencial.

Ligue 180

O serviço do Ligue 180, de acordo com a nova lei, deve ser divulgado pelo governo federal em meios de comunicação de

massa e locais públicos e privados de grande circulação de pessoas, tais como escolas, casas de espetáculos e outros locais de diversão, órgãos públicos, hospitais e meios de transporte de massa.

Falar da importância do Ligue 180 é evitar que as mulheres cheguem a perder sua vida pelo simples fato de serem mulheres. Essa é uma maneira de ampliar e garantir que ele funcione", disse a deputada Camila Jara (PT-MS), relatora do projeto e também presente à cerimônia.

"O que vocês estão fazendo é criar novos mecanismos para que a mulher fique mais exigente e protegida e os homens aprendam que é necessário ele criar juízo e não achar que a mulher é um objeto dele, que ele pode fazer o que quiser da mulher", afirmou o presidente Lula ao parabenizar o trabalho das reladoras dos dois projetos.

Os presidentes também assinou dois decretos relacionados ao Projeto Mulher Segura, que visa fortalecer a capacidade do Estado brasileiro de prevenir, monitorar e enfrentar a violência contra a mulher, regulamentando a alteração recente à Lei Maria da Penha que, dentre outras previsões, estabeleceu a possibilidade de monitoração eletrônica de agressores. (Agência Brasil)

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou o registro de cinco novas canetas de semaglutida, indicadas para o tratamento de pacientes adultos com diabetes mellitus tipo 2, sem controle suficiente. Popularmente, esses medicamentos são chamados de canetas emagrecedoras porque ajudam na perda de peso.

São eles: **Owozy** - registro concedido para a empresa Avisa Care Importação e Distribuição de Produtos Ltda. (CNPJ nº 31.203.582/0001-37); **Seemasun** - registro concedido para a empresa Sun Farmacêutica do Brasil Ltda. (CNPJ: 05.035.244/0001-23); **Zempneo** - registro concedido para a empresa Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A. (CNPJ: 05.161.069/0001-10); **Semavy** - registro concedido para a empresa Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A. (CNPJ: 61.082.426/0001-26); **Orsema** - registro concedido para a empresa Ranbaxy Farmacêutica Ltda. (CNPJ 73.663.650/0003-52).

Os novos produtos injetáveis foram autorizados como complemento à dieta e aos exercícios, quando o uso do medicamento metformina (para diabetes tipo 2 e pré-diabetes) é inadequado por intolerância do paciente ou contraindicações.

As duas resoluções da Anvisa



sa foram publicadas no Diário Oficial da União (DOU) desta quarta-feira (29). São elas: 2.941/2026 e 2.942/2026.

Os medicamentos injetáveis aprovados foram registrados por comparação com o produto biológico Ozempic e têm como princípio ativo a semaglutida obtida por via sintética. Ele é análogo ao GLP-1, hormônio natural que estimula a produção de insulina e atua no controle da saciedade.

A agência reguladora destaca que este é o maior volume de aprovações, pela vigilância sanitária, de registros de medicamentos do tipo agonistas do receptor do GLP-1. O crescimento de pedidos de aprovação destes injetáveis está relacionado ao desenvolvimento, em 2022, de versões sintéticas do hormônio natural, criadas em laboratório.

No total, 68% de todas as solicitações de registro de dispositivos injetáveis para o tratamento de obesidade e diabetes já protocoladas na Anvisa são para medicamentos sintéticos.

A Agência destaca que a sua competência é autorizar o registro de comercialização dos medicamentos sem qualquer relação com vendas.

O registro serve para autorizar a venda legal do produto no Brasil e proteger a saúde pública contra riscos, pois garante a segurança, a eficácia e a qualidade dos remédios antes que eles sejam vendidos e usados pelas pessoas.

Desta forma, são falsos os anúncios na internet em que golpistas dizem que a Anvisa comercializaria canetas emagrecedoras e outros produtos. A orientação das autoridades é para que o in-

ternauta denuncie o golpe à plataforma Fala.BR.

A Anvisa reforça que o medicamento experimental Retatrutida, da farmacêutica Eli Lilly, ainda não está aprovado para uso em nenhum lugar do mundo. Atualmente, o produto está em fase de pesquisa. Os testes, já em fase final, ainda não foram concluídos.

No Brasil, especificamente, a Agência esclarece que a empresa que desenvolve os estudos clínicos sobre a eficácia e os possíveis benefícios da Retatrutida sequer solicitou o registro do medicamento à Anvisa ou a qualquer agência reguladora internacional.

O alerta é que o produto ainda não tem autorização para ser comercializado em nenhum país. Apesar disso, a Retatrutida tem sido vendida ilegalmente por sites e redes sociais na internet. Os produtos irregulares têm sido apreendidos nas fronteiras brasileiras como contrabando, alerta a Agência.

A Anvisa adverte que consumir produtos de origem desconhecida representa perigo devido à exposição a riscos imprevisíveis para a saúde de quem os usa clandestinamente.

Para orientar população, a Anvisa também publicou em seu site as explicações sobre medicamentos autorizados, importados, experimentais e falsificados. (Agência Brasil)

Saiba como pedir ressarcimento por prejuízos com a falta de energia

Consumidores que tiveram danos em equipamentos causados pela falta de energia provocada pelos fortes ventos da quarta-feira (29) podem requerer ressarcimento junto à concessionária, conforme previsto no Código de Defesa do Consumidor e a regulamentação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

O alerta foi dado na quinta-feira (30) pela Secretaria de Estado de Defesa do Consumidor do Rio de Janeiro (SEDCON) e pelo Procon-RJ.

O primeiro passo é entrar em contato com a concessionária de energia elétrica responsável pela residência ou pelo comércio do consumidor e fazer registro da ocorrência. É importante guardar todos os protocolos de atendimento junto à concessionária.

"Ele [o consumidor] vai entrar em contato com a concessionária, informando a data e a hora aproximadas de quando ocorreu a oscilação ou interrupção da energia e quanto durou esse evento. Vai informar os equipamentos que foram danificados, com marca, modelo, tempo de uso", detalhou à Agência Brasil o diretor jurídico do Procon-RJ, Silvio Romero.

A concessionária procederá à análise da reclamação para então responder ao consumidor. Se não houver resposta ou caso a reclamação não seja aceita pela

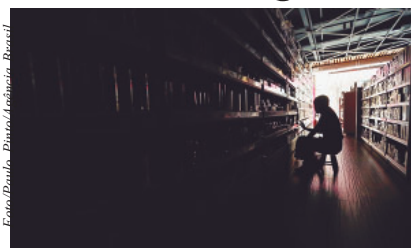
concessionária, Silvio Romero informou que o consumidor pode buscar os canais de atendimento da SEDCON ou do Procon-RJ e formalizar sua queixa.

Após o registro do pedido, a concessionária deve realizar a verificação do equipamento em até um dia útil, quando se tratar de aparelhos utilizados para conservar alimentos perecíveis ou medicamentos, como geladeiras e freezers. Para os demais equipamentos, o prazo é de até dez dias.

Concluída a análise, a distribuidora deve informar o resultado ao consumidor em até 15 dias, quando a solicitação for feita nos primeiros 90 dias após o dano, ou em até 30 dias, nos demais casos. Caso o pedido seja aceito, o ressarcimento deverá ser realizado em até 20 dias, por meio de conserto, substituição do equipamento ou pagamento da indenização.

Romero reforçou que o ressarcimento pelo prejuízo sofrido pelo consumidor pode ocorrer de diferentes formas. A concessionária pode consertar o equipamento danificado, substituir por outro equivalente, pagar pelo conserto ou indenizar o consumidor.

O consumidor tem prazo de até cinco anos para solicitar o ressarcimento. O diretor jurídico do Procon-RJ aconselhou, entretanto, que, apesar desse prazo, o consumidor deve fazer isso o quanto antes, enquanto está de



posse de todas as informações mais recentes.

No caso específico de alimentos e de medicamentos armazenados em freezers ou geladeiras que tenham estragado, e não dos equipamentos em si, o consumidor também tem direito a ser indenizado. Para isso, é importante que ele tenha registro de todo o ocorrido, seja através de fotografias ou filmes dos alimentos ou produtos que tenham deteriorado.

"Ele deve guardar recibos, notas fiscais. Deve ter tudo documentado. Em seguida, deve fazer o registro na concessionária, solicitando que seja ressarcido dos prejuízos. Caso não obtenha êxito junto à concessionária, pode buscar, da mesma forma, a SEDCON ou o Procon-RJ para fazer a sua reclamação".

Para isso, o consumidor deve

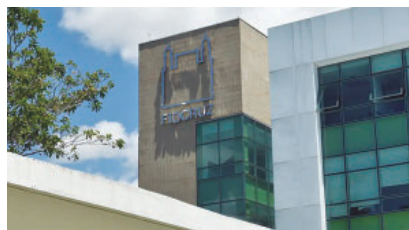
apresentar toda a documentação relacionada ao caso, como protocolos, fotografias, notas fiscais, laudos técnicos, orçamentos e a resposta da empresa.

Romero sustentou a necessidade de os consumidores comprovarem o vínculo ou relação da interrupção ou falta de energia com o prejuízo decorrente do evento.

O diretor jurídico aconselhou ainda que os consumidores não façam o descarte do equipamento danificado nem procedam ao conserto por conta própria, exceto se forem autorizados pela concessionária.

"Porque ela tem o direito de verificar esse equipamento para confirmar se foi de fato danificado em decorrência da falta ou da oscilação de energia". (Agência Brasil)

Fiocruz e farmacêutica assinam acordo sobre novo antirretroviral



Um memorando de entendimento entre a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e a farmacêutica privada MSD permitirá a produção, no Brasil, de um novo medicamento contra o vírus HIV. O documento foi assinado na terça-feira (28), durante a 26ª Conferência Internacional da Aids, no Rio de Janeiro.

O Alimatravir (MK-8527) é um medicamento do tipo Proflaxia Pré-Exposição (PrEP), ou seja, ele deverá ser administrado antes de a pessoa entrar em contato com o HIV para começar a agir antes da infecção das células pelo vi-

rus causador da Aids.

O remédio ainda está sendo desenvolvido pela farmacêutica e precisa ser aprovado no estudo clínico de fase 3, que avalia a eficácia do medicamento em um grupo grande de voluntários e que está em andamento. Além disso, seu uso no país ainda precisa ser aprovado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

"A vantagem é que a Fiocruz já participa ativamente [dos estudos] com esse memorando. Isso faz com que a gente tenha

acesso mais rápido aos dados, possa apresentar mais rapidamente para a Anvisa e a Anvisa possa acompanhar, antecipadamente, os estudos clínicos. Isso pode fazer com que a gente tenha o registro mais rápido no Brasil", disse o ministro da Saúde, Alexandre Padilha.

O HIV é um retrovírus que tem o RNA (ácido ribonucleico) como material genético e que carrega consigo uma enzima chamada transcriptase reversa. Depois que o vírus entra no linfócito T, uma célula do sistema imunológico humano, a transcriptase transforma o RNA em DNA (ácido desoxirribonucleico). E, com a ajuda de outra enzima, a integrase, o material genético do HIV se insere no genoma do infectado.

A partir daí, o HIV usa o próprio mecanismo da célula humana para se replicar, a fim de que ele possa se espalhar pelo organismo. O que o Alimatravir faz – assim como outros medicamentos da classe NRTTI (inibidores da translocção da transcriptase reversa análogos de nucleosídeos) –, é impedir a ação da transcripta-

se reversa, bloqueando essa cadeia de replicação viral.

"De uma maneira bem simples, ele impede que o vírus se replique", afirma a diretora médica da MSD no Brasil, Márcia Abadi.

O SUS já oferece como profilaxia pré-exposição o uso combinado dos antirretrovirais orais Tenofovir e Emtricitabina diariamente (PrEP diário) ou em doses antes e depois do ato sexual (PrEP sob demanda). Além disso, a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec) avaliará a inclusão no SUS de PrEP injetável, administrado a cada dois meses, o Cabotegravir.

Segundo o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, se o Alimatravir "tiver um bom resultado nos seus estudos clínicos finais e conseguir garantir o seu registro, vamos trabalhar para que, para ser incluído no SUS [Sistema Único de Saúde], haja transferência de tecnologia para a Fiocruz, para a Fiocruz produzir aqui no Brasil para o SUS e poder produzir também para toda a América Latina". (Agência Brasil)